

25 OUT 1991

Outras sangrias, além da dívida

P2 Cad. E Comom

PAULO SALIM MALUF

O Brasil já está entrando no quarto ou quinto ano de não-pagamento da dívida externa. Apesar disso, nossas condições econômicas mantêm-se persistentemente



tão precárias quanto a imagem do País lá fora. Ninguém pode assegurar que a inflação esteja controlada. Ao mesmo tempo, cresceu pesadamente o desemprego, retrato falado de uma paralisante recessão, que não há mais como camuflar.

Melancolicamente, isso quer dizer que, mesmo deixando nossos vorazes credores externos a pão e água, não conseguimos melhorar em nada a situação interna do País.

Essa fumaça mostra que o fogo de nosso inferno vem de outras caldeiras. Sem xenofobismo hipócrita, temos de reconhecer que a anemia profunda que exaure a economia nacional vem da ruptura de vasos **internos**.

Além do que os juros e o principal da dívida externa nos sugariam se os estivéssemos pagando, persistem outros fatores agravantes, contribuindo pesadamente para a inestancável hemorragia que debilita a Nação. Hemorragia que faz com que, no País que tem a oitava ou nona economia do mundo, seu povo viva em 60º lugar em bem-estar social.

Se, nos últimos anos, salários e preços internos estiveram quase sempre sob controle de mão de ferro e se nada pagamos aos credores, de que misteriosa origem vem essa situação de persistente angústia econômica, que persegue o Brasil?

Vigorando uma das mais extensas e minuciosas redes de impostos do mundo — são 57 impostos diferentes —, através de que camuflados condutos estarão se esvaindo as arrecadações financeiras da União, Estados e municípios, os quais, quase todos, se apresentam em situação pré-falimentar?

Como se explica que grandes metrópoles, de altíssimas receitas fiscais, como Rio e São Paulo, vivam à míngua de verbas, para

aplicação num mínimo de investimentos sociais, cada vez menos atendidos? Por que o governo central passou cerca de cinco anos praticamente inativo na construção de casas populares? Ou sem proporcionar mais hospitais, escolas, creches, transportes públicos e rodovias?

Para alegria dos partidários do calote, nestes últimos anos não só não pagamos juros da dívida, como também nada ressarcimos do chamado "principal". Mesmo assim, a situação econômico-social do Brasil é de pré-coma. Estamos na UTI do FMI, do BID, do Bird e de outras entidades mundiais de ajuda externa. Só o analista insincero ou hipócrita finge não perceber que a exagerada dimensão dada ao Estado — pelo empreguismo eleitoreiro e pelo estatismo megalomaniaco — levou à anemia financeira.

É por isso que fica cada vez mais desamparado o Brasil pobre, que depende da ajuda do governo. Aí está o déficit de casas populares, que já atinge o número de 10 milhões a 12 milhões para 50 milhões de pobres. Como também faltam 30 mil escolas singelas, funcionais e baratas, que deveriam e poderiam ser **imediatamente** construídas — sem os requintes do monumentalismo — para os 12 milhões de crianças que, a partir dos dois anos de idade, a elas agora têm direito, constitucionalmente garantido.

Desgraçadamente, as cordas que enforcam a Nação tornaram-se ainda mais rígidas, quando os partidários do estatismo teceram os nós legais, que astutamente inseriram na atual Constituição, para impedir ou dificultar a melhora da produtividade do gigantesco organismo industrial do Estado. Essa poderia ser mais bem atendida pela livre iniciativa. É imensa, por isso, a responsabilidade do atual Congresso. Depende da lucidez e da coragem moral de seus membros desatar os nós constitucionais que foram armados.

□ Paulo Salim Maluf, empresário, foi prefeito de São Paulo, governador do Estado de São Paulo, deputado federal e candidato à Presidência pelo PDS.